

RESUMO SIMPLES - ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES

**GARANTIA DE VAGAS EM CRECHES E PRÉ-ESCOLAS COMO DIREITO  
FUNDAMENTAL SOCIAL**

*Aline Monteiro Cavalcante (alinemonteiro.adm23@gmail.com)*

*Andressa Rodrigues Do Nascimento (euandressarodrigues12@gmail.com)*

*Andreza Da Silva Duarte (anduartte0@icloud.com)*

*Francisco Gabriel Souza Carvalho (fcogabrielscarvalho@gmail.com)*

*Joyce Menezes Da Silva (joycemenezes01@gmail.com)*

*Rosimar Ribeiro De Sousa (rosimar\_ribeiro@icloud.com)*

*Ruan Emanuel Gondim Feitosa (ruanemanuel279@gmail.com)*

*Erlon Alexandre Da Silva (alexandreerlon09@gmail.com)*

O presente estudo tem como objetivo analisar a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) no Recurso Extraordinário nº 1008166, de repercussão geral (Tema 548), que consolidou o entendimento de que o dever estatal de garantir o atendimento em creche e pré-escola a crianças de até cinco anos de idade é de aplicação direta e imediata. A pesquisa fundamenta-se em revisão documental e jurisprudencial, com base na decisão do Plenário do STF, relatada pelo Ministro Luiz Fux, e nos dispositivos constitucionais que tratam do direito à educação como direito social fundamental. O julgamento, concluído em 22 de setembro de 2022, e transitado em julgado em 17 de outubro de 2023, ocorreu por unanimidade, fixando a tese de que o direito à educação infantil independe de regulamentação infraconstitucional e deve ser efetivado

de forma plena. A decisão reforçou a possibilidade de atuação do Poder Judiciário para compelir o Estado a ofertar vagas em creches e pré-escolas, reconhecendo a exigibilidade imediata desse direito pelas famílias. Conclui-se que o entendimento firmado pelo STF representa um marco histórico na efetivação dos direitos sociais no Brasil, reafirmando a prioridade absoluta da criança e a necessidade de ação concreta e permanente do Estado. Assim, o direito à educação infantil deixa de ser mera previsão normativa e passa a constituir obrigação exigível, contribuindo para a redução das desigualdades, o fortalecimento da cidadania e a consolidação da justiça social.

Direitos Sociais e Igualdade

Palavras-chave: direitos sociais e igualdade.